

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.578.209 - SP (2019/0265537-0)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : CLAUDINE QUATRINI JUNIOR
ADVOGADO : JOSE APARECIDO DOS SANTOS JUNIOR - SP308515
AGRAVADO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADOR : PAULO ROBERTO MOTA FERREIRA - SP064367
AGRAVADO : DEPARTAMENTO ESTADUAL DE TRANSITO
ADVOGADO : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M

DECISÃO

TRIBUTÁRIO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IPVA. ALIENAÇÃO DO VEÍCULO. DECISÃO DA CORTE ESTADUAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL (LEI ESTADUAL 13.296/2008). SÚMULA 280/STF. INVIABILIDADE. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DA CONTRIBUINTE A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Agrava-se de decisão que negou seguimento ao Recurso Especial interposto por CLAUDINE QUATRINI JUNIOR, fundado nas alíneas *a* e *c* do art. 105, III da CF/1988, contra acórdão proferido pelo TJ/SP, assim ementado:

IPVA.Venda de veículo automotor. Entendimento de que a falta de comunicação da transferência do veículo não tem o condão de atribuir responsabilidade solidária ao alienante. Inteligência da Súmula 585 do C.

Superior Tribunal de Justiça. Caso concreto que, no entanto, não afasta a responsabilidade pelo pagamento do IPVA, vez que a transfêrência do veículo ocorreu após o fato gerador do IPVA. Preliminares afastadas. Recurso improvido (fls. 216).

2. Os Embargos de Declaração foram rejeitados (fls. 230/237).

3. Nas razões de seu Apelo Nobre (fls. 240/282), a parte recorrente, ora agravante, aponta, além de divergência jurisprudencial, violação de diversos dispositivos legais, dentre eles os arts. 927, V e 985, I do Código Fux, em razão da inobservância da Súmula 585/STJ, segundo a qual *a responsabilidade solidária do ex-proprietário, prevista no art. 134 do Código de Trânsito Brasileiro CTB, não abrange o IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação*. Afirma que houve incompleta prestação jurisdicional, com

Superior Tribunal de Justiça

violação do art. 489, II, § 1o., I, II e IV do Código Fux. Cita também como violados os arts. 134, do CTB, 121 do CTN, 1.267 e 1.361, do CCB, além do art. 6o, I da Lei Estadual 6.606/1989.

4. É o relatório.

5. Inicialmente, afasta-se a alegação de negativa de prestação jurisdicional. A lide foi resolvida integral e fundamentadamente, não padecendo o julgado de qualquer vício.

6. No mérito, o Tribunal de origem se manifestou nos seguintes termos:

(...), a questão dos autos não se limita à jurisprudência recém formada. Considerando que o IPVA tem como fato gerador a propriedade de veículo automotor em 1o. de janeiro de cada exercício, conforme Leis Estaduais 6.606/89 e 13.296/2008, a transferência do veículo Ford/Verona 1.8I GL, placas BKS/8081, realizada em 03.01.2013, ou seja, após o fato gerador, apenas afasta a responsabilidade pelo pagamento do IPVA dos exercícios posteriores, o que torna legítima a responsabilidade do autor pelo pagamento do imposto referente ao exercício de 2013.

Ressalte-se que, na data do fato gerador, o autor era o óo proprietário no veículo e, por isso, contribuinte do IPVA, nos termos do art. 5o. da Lei Estadual 13.296/08 (fls. 218).

7. Em que pese ao firme entendimento desta Corte acerca da inaplicabilidade do art. 134 do CTB aos débitos tributários de IPVA, por não estarem relacionados a penalidades advindas de infração de trânsito (AgRg no REsp. 1.512.132/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 11.12.2015), observa-se que o Tribunal de origem dirimiu a controvérsia relativa à responsabilidade pelo IPVA com base na interpretação de legislação local (Lei Estadual 13.296/2008), circunstância que inviabiliza a modificação do acórdão, em razão da incidência da Súmula 280/STF. Confirmam-se os seguintes precedentes neste mesmo sentido:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. AGRAVO INTERNO NO

RECURSO ESPECIAL. IPVA. ALIENAÇÃO DE VEÍCULO. DECISÃO DA CORTE ESTADUAL COM BASE NA INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL (LEI ESTADUAL 6.606/1989 e 13.296/2008). SÚMULA 280/STF. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. *Nos termos da Súmula 585/STJ: Apesar da existência de enunciado sumular nesta Corte afastando a possibilidade de responsabilização solidária pelo IPVA incidente sobre o veículo automotor, no que se refere ao período posterior à sua alienação, o entendimento da jurisprudência posterior à edição do enunciado Sumular é de que deve ser mantido o acórdão recorrido que se fundamentar em lei local que prevê a responsabilidade solidária.*

2. *A Corte de origem resolveu a questão da solidariedade a partir da aplicação da legislação local, isto é, arts. 4º, III, da Lei Estadual n. 6.606/1989 e 6º, II, da Lei Estadual n. 13.296/2008, motivo pelo qual o conhecimento do Apelo Nobre esbarra no óbice da Súmula 280/STF. Precedentes: AgInt no AgInt no REsp. 1.719.549/SP, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJe 19/11/2018; AgInt no REsp. 1.746.142/SP, Rel. Min. Francisco Falcão, DJe 17/9/2018; AgInt no REsp. 1.710.919/SP, Rel. Min. Regina Helena Costa, DJe 20/4/2018; REsp. 1.380.449/MG, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe 5/3/2015 e AgRg no AREsp. 428.654/MG, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe 27/3/2014.*

3. *Agravo Interno não provido (AgInt no REsp. 1.776.257/SP, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, DJe 30.4.2019).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. SÚMULA 282/STF. IPVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA APÓS ALIENAÇÃO DO VEÍCULO. ACÓRDÃO AMPARADO NA EXEGESE DE LEI ESTADUAL. SÚMULA 280/STF.

1. *O acórdão hostilizado reconheceu a responsabilidade tributária solidária da alienante com base na exegese das Leis Estaduais 6.606/1989 e 13.296/2008, o que atrai a incidência da Súmula 280/STF.*

2. *Se por um lado é correto afirmar que o art. 134 do CTB prevê apenas a responsabilidade solidária pelas "penalidades impostas e suas reincidências até a data da comunicação", daí não se extrai a artificiosa conclusão de que inexistente responsabilidade tributária, até mesmo porque o Código de Trânsito não disciplina, mas preserva o exercício da competência tributária pelo ente estatal (o CTB, lei federal, realmente não poderia invadir a atividade legislativa tributária estadual, única apta a dispor*

sobre os tributos específicos do ente estatal). Nesse sentido, o STJ possui jurisprudência que admite a fixação de responsabilidade solidária, em relação aos tributos estaduais, em caso de previsão na legislação específica: REsp 1.640.978/SP, Rel. Ministro Gurgel de Faria, DJe 12/5/2017.

3. Agravo Interno não provido (AgInt nos EDcl no REsp 1.773.936/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2019).

2 2 2

TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO CREDOR FIDUCIÁRIO. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DOS DISPOSITIVOS FEDERAIS TIDOS POR VIOLADOS. APLICAÇÃO DA SÚMULA 211/STJ. INTERPRETAÇÃO DE LEGISLAÇÃO LOCAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF.

I. Observa-se, inicialmente, que o Tribunal de origem não se pronunciou sobre a matéria versada nos arts. 1361 e 1367 do Código Civil; nem tampouco sobre o tema ligado aos arts. 109, 110 e 121, I, do CTN, apesar de instado a fazê-lo por meio dos competentes embargos de declaração. Nesse contexto, caberia à parte recorrente, nas razões do apelo especial, indicar ofensa ao art. 535 do CPC, alegando a existência de possível omissão, providência da qual não se desincumbiu, fazendo atrair, nessa medida, o óbice da Súmula 211/STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição de embargos declaratórios, não foi apreciada pelo tribunal a quo.").

II. Ainda que superado o aludido óbice admissional, certo é que o exame da controvérsia, tal como enfrentada pelas instâncias ordinárias, exigiria inevitável reanálise de dispositivos de legislação local, quais sejam, dos arts. 4o e 5o da Lei 14.937/03 do Estado de Minas Gerais. Assim, também incidente, na espécie, o óbice da Súmula 280/STF. A propósito: AgRg no AREsp. 501.445/MG, Rel. Min. Og Fernandes, Segunda Turma, DJe 5.6.2014; AgRg no AREsp. 438.910/MG, de minha relatoria, Primeira Turma, DJe 18.2.2014; AgRg no REsp. 1.118.125/MG, Rel. Min. Humberto Martins, Segunda Turma, DJe 27.11.2009.

III. Recurso especial não conhecido (REsp. 1.380.449/MG, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 5.3.2015).

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. TRIBUTÁRIO. INEXISTÊNCIA DE ATO DE GOVERNO LOCAL. MATÉRIA DE ÍNDOLE ESTRITAMENTE CONSTITUCIONAL. ANÁLISE DE DIREITO LOCAL PELO STJ. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 280/STF. EXECUÇÃO FISCAL. IPVA. ARRENDAMENTO MERCANTIL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. ART. 535, II,

Superior Tribunal de Justiça

DO CPC.

(...).

3. (...), *verifica-se que a demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em Direito local (art. 4o. da Lei estadual 14.937/2003). Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da incidência, por analogia, da Súmula 280/STF: por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário.*

4. *Agravo Regimental não provido (AgRg no AREsp. 428.654/MG, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27.3.2014).*

8. Ante o exposto, nega-se provimento ao Agravo em Recurso Especial da Contribuinte.

9. Publique-se.

10. Intimações necessárias.

Brasília/DF, 1º de abril de 2020.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR